

ÉTICA DA MENTIRA

PÁBULA NOVAIS DE OLIVEIRA

Discente do Curso de Direito. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
pabula_oliveira2@hotmail.com

PRISCILA LINS DE AMORIM

Discente do Curso de Direito. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
priscilalins__@hotmail.com

RESUMO: A mentira é figura constante nas relações sociais e o raciocínio sobre suas implicações se faz necessário para compreensão desse fenômeno. Como todo comportamento social esbarra na Ética, a abordagem acerca da mentira não é diferente. Por mais contraditório que possa parecer inicialmente, existe uma Ética, inclusive, no ato de Mentir, a denominada “Ética da Mentira”. A depender da justificativa ou motivação que se usa para fundamentar este ato, a Mentira será ou não aceita socialmente. Sua concordância ou repulsa dependerá ainda do contexto social, do ordenamento jurídico, da política, da religião, enfim, da cultura em que ela fora empregada. É passível o entendimento de que a verdade absoluta, em toda e qualquer circunstância, tornaria as relações sociais insustentáveis. Mas é preciso questionar até que ponto, em quais circunstâncias, a Mentira é legítima e necessária. A legitimidade de sua aplicação deve ser mais minuciosamente pensada quando se faz presente na política, na regência de um governo e até mesmo positivada no ordenamento jurídico.

Palavras-chave: verdade; cultura; política.

1 Introdução

A Ética enquanto ciência norteadora dos indivíduos abraça todas as condutas comportamentais, inclusive o fenômeno, muitas vezes negligenciado, de mentir. Nietzsche foi um dos primeiros filósofos a pensar a problemática da mentira com maior substrato e senso crítico. Para ele, assim como a verdade, a mentira nada mais é do que uma construção social, sendo relativizado seu sentido a depender do contexto o qual ela se insere.

Outro fator que relativiza o senso de correto e errado quanto ao ato de mentir é a cultura. Segundo o antropólogo britânico Edward B. Tylor (1958), cultura é “aquele todo complexo que inclui conhecimento, crenças, moral, lei, costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. A mentira, entendida como um fenômeno cultural, é prática inadmissível em determinadas culturas, enquanto que para outra cultura diversa, é um hábito banal, de menos importância.

O entendimento do juízo de valor da mentira, se certo ou errado, é relativo, mas suas consequências são as mesmas, para todo e qualquer contexto social. Existem mentiras necessárias, aquelas que tornam a convivência entre os indivíduos amigável e cordial (entendimento compartilhado por Platão e Benjamin Constant), em contrapartida, mentiras políticas – seja proferida pelo candidato durante a campanha eleitoral, seja a positivada no ordenamento jurídico como verdade – não contribuem positivamente para o contexto social. E são, ou deveriam ser, motivo de preocupação, foco de atenção da população público-alvo.

Santo Agostinho e Kant comungam do pensamento de que a mentira, independente de qual seja, é inadmissível porque torna o homem indigno. O radicalismo talvez não seja a posição mais acertada pelo fato de ser a mentira, muitas vezes, menos danosa do que o conhecimento da verdade. Como toda relação humana, mentir tem dois lados e deve prevalecer o que atende à sensatez e a prudência, ou, em outras palavras, a Mentira proferida com Ética.

2 Ética

Para que se possa entender a essência do fenômeno “Ética da Mentira”, antes é preciso ter claramente definido o conceito de Ética, puramente. Em consonância com as definições atribuídas pelo filósofo brasileiro Mario Sergio Cortella (2008), ética é “um conjunto de valores e princípios usados pelos indivíduos para a decisão de três grandes questões inerentes a vida, que são: quero, devo e posso”. As implicações acerca desses três pontos consistem justamente com o choque de possibilidades entre eles, querer e dever, dever e poder e, querer e poder.

A Ética é um instrumento utilizado pelas pessoas, mesmo que sem a devida consciência deste uso, para tomada de decisões acerca dessas questões. O ser social

atinge paz de espírito com a intersecção, ou seja, quando o que ele quer, é o que ele pode e o que deve fazer. O caminho percorrido para que se chegue à decisão passa por um conjunto de valores que é constituído de princípios sociais, sejam religiosos ou não, e normatizações. A esse conjunto de valores denominamos Ética.

Em se tratando das normatizações, situações fáticas são mais bem utilizadas para desenvolvimento da ideia. Há algum tempo, dentro de um ambiente fechado, a grande maioria das pessoas estaria fumando. Passado alguns anos, essas pessoas não fumariam em respeito a lei estampada numa placa em local visível para todos daquele ambiente. Hoje em dia, não mais é preciso dizer ou impor que é proibido fumar em ambientes fechados. A norma foi internalizada e agora é respeitada por ter-se tornado um juízo de convencimento ou moral.

A Moral se manifesta como a prática de uma Ética. Ética é a concepção, é princípio, que se traduz numa Moral. O princípio de não pegar o que não me pertence, por exemplo, se concretiza com a atitude de roubar ou não. Algumas pessoas consideram uma relação socioafetiva entre pessoas do mesmo sexo imoral. Isso porque a Moral é relativa e depende do que indivíduo tem como referência de Ética e o contexto histórico o qual ele está inserido. Por fim, a Ética é sempre de uma época e de um grupo, mas tem como aspiração a tentativa de ser universal. Desta feita, para definirmos Ética devemos levar em consideração que a mesma sempre está inserida no contexto da ação, por ser uma ciência normativa que direciona as ações humanas.

Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento (VALLS, 1994, p. 7).

Portanto, “ética é a investigação acerca daquilo que julgamos ser bom, e se ética é o que julgamos ser bom, então no caso da mentira, se considerarmos que a mentira será para realizar uma “boa ação”, ela pode ser considerada como uma ação ética (BARBOSA¹)”.

As circunstâncias ou entornos que motivam a mentira, finalmente, oferecem o conjunto das relações lógicas, essenciais, dimensionais e

¹ www.perlitteras.files.wordpress.com

ambientais, que motivam esse fenômeno a ser estudado cientificamente no campo da Ética, justificando conceitos, axiomas, teoremas e teorias (SÁ, 2007, p.243).

3 A Verdade e a Mentira

Na maioria das sociedades, os valores da verdade e da mentira são vistas como opostos. Normalmente atribuímos à mentira características negativas, a vemos como sinônimo de trapaça e/ou injustiça. Ao contrário, enxergamos a verdade como o belo, o justo, o que devemos alcançar.

Friedrich Nietzsche foi um dos primeiros filósofos a perceber os contornos obscuros que envolvem a mentira e a verdade. Em sua obra “Sobre a verdade e mentira no sentido extramoral”, escrita em 1873, ele afirma que a grande maioria daquilo que atribuímos como verdade, só é considerada como tal, devido a uma construção social, linguística e cultural. Desse modo, concluiu que as falsas moralidades funcionam mais como prática de uma ética de mentiras do que de virtudes autênticas.

Os métodos científicos podem ajudar a desanuviar as sombras metafísicas que se acumulam em torno do conhecimento. No momento em que aprendemos a questionar as coisas e a nós mesmos, a verdade talvez acabe por revelar uma não verdade à sua base, prestando um testemunho inteiramente inesperado sobre si próprio (NIETZSCHE, 2007, p. 56).

O filósofo alemão acreditava que a mentira ganha forma de verdade quando a pessoa que é enganada não possui provas ou pensamentos lógicos para refutar o que lhe foi transmitido, dessa forma, a mentira pode se prolongar durante muito tempo, sendo considerada uma verdade inquestionável. Por isso que muitos são enganados pela mentira, porque pensam que a mesma é verdade.

O que é portanto a verdade? Uma multidão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos; em resumo, uma soma de relações humanas que foram realçadas, transpostas e ornamentadas pela poesia e pela retórica e que, depois de um longo uso, pareceram estáveis, canônicas e obrigatórias aos olhos de um povo: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que são, metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efigie e que não é considerada mais como tal, mas apenas como metal (NIETZSCHE, 2007, p. 56).

Maquiavel, em sua obra “O Príncipe”, também teceu considerações a respeito quando disse que uma mentira contada mil vezes se torna uma verdade. Segundo Nietzsche (2007, p. 59),

quando justamente a mesma imagem foi gerada milhões de vezes e foi herdada por muitas gerações de homens [...] então ela termina por adquirir, ao fim e ao cabo, o mesmo significado para o homem, assim como um sonho que se repete eternamente seria, sem dúvida, sentido e julgado como efetividade.

O mentiroso utiliza a linguagem como a principal forma de parecer real o que é irreal, para normalmente conseguir alguma vantagem ou prejudicar alguém. Se agir por algum desses motivos e suas mentiras forem descobertas, perderá seu crédito perante a sociedade, que pode até o excluir.

Os homens fogem menos da mentira do que do prejuízo provocado por uma mentira. Fundamentalmente, não detestam tanto as ilusões, mas as conseqüências deploráveis e nefastas de certos tipos de ilusão. É apenas nesse sentido restrito que o homem quer a verdade. Deseja os resultados favoráveis da verdade, aqueles que conservam a vida; mas é indiferente diante do conhecimento puro e sem conseqüência, e é mesmo hostil para com as verdades que podem ser prejudiciais e destrutivas (NIETZSCHE, 2007, p. 60).

Para Nietzsche, algumas mentiras possuem um papel importante na nossa sociedade, por contribuírem para a melhoria da convivência social, afirmando, inclusive, que muitas vezes, o homem gosta de ser enganado. Por isso afirmou com tanta veemência que o homem não foge da mentira, mas das conseqüências que ela pode trazer, portanto, quando a verdade traz conseqüências nefastas, o homem também irá fugir dela.

Desta feita, tanto a verdade quanto a mentira possuem o mesmo valor na sociedade, ambas podem ser construídas e demolidas por intermédio da argumentação e manipulação de seus elementos constituintes. Se o que acreditamos que seja mentira pode em algumas hipóteses ser verdade, ou então que a mentira, em determinadas situações, pode trazer melhores conseqüências para o homem do que a verdade, então pode ser possível encontramos uma ética na mentira. Como o conceito de ambas é pessoal, o que realmente conta é a motivação que antecede o fato em sua essência, sendo este que vai dar à mentira um caráter bom ou ruim.

4 Mentira no ponto de vista ético

Ao longo do pensamento ocidental, duas posições básicas têm sido tomadas em relação a problemática Ética da mentira. De um lado, os que a consideram o ato de mentir inadmissível em toda e qualquer circunstância (Santo Agostinho e Kant, são casos clássicos), do outro, os que consideram mentir um ato desonroso, mas admitem haver exceções em que a mentira é eticamente justificável (Platão e Benjamin Constant são os mais destacados defensores desse raciocínio).

A ideia lógica de haver Ética em mentir pode ser muito bem sintetizada a partir do pensamento de Platão quando ele diz que a verdade deve ser apreciada acima de todas as coisas, enquanto a mentira não passa de algo útil em determinadas circunstâncias, exatamente como um remédio de gosto amargo, mas de efeito benéfico.

A sensatez pode ser a medida da linha de pensamento que compreende ser a mentira a substituição de um mal maior por um menor, quando dizer a verdade acarreta maiores prejuízos. É prudente mentir numa situação em que dizer a verdade não é possível, por ferir o sentimento de outras pessoas, por ser desnecessária a colocação e não prejudicar a ninguém a omissão, ou por qualquer motivo diverso que tenha como sustentáculo a ideia de “menos ruim” (mentira) quando o melhor (dizer a verdade) não torna-se possível.

Benjamin Constant, em um artigo intitulado “As reações políticas”, dita que se adotássemos o dever de dizer a verdade como um dever absoluto, incondicional, a sociedade humana tornar-se-ia simplesmente impossível.

A outra linha de raciocínio, que não admite a Mentira em qualquer circunstância, é baseada em princípios, mais especificamente no princípio ético da veracidade. Como defensor, Santo Agostinho rejeitou todo e qualquer tipo de mentira, não aceitando nenhuma justificativa para tal; encarou a mentira como o uso condenável do dom divino da palavra que fora concedido ao homem para transmitir seus pensamentos aos seus semelhantes e não para enganá-los. Neste particular, não endossou o pensamento de seu grande mestre Platão. Kant, por sua vez, apreende a mentira, qualquer tipo que seja, como um aniquilamento da dignidade humana.

A condenação moral da mentira é também princípio ético tradicional da cultura cristã. Passagens bíblicas podem mostrar a adoção dessa posição: “Não dirás falso testemunho contra teu próximo” (Êxodo 20,16) ou “Os lábios mentirosos são

abomináveis ao Senhor; mas os que praticam a verdade são o seu deleite” (Provérbios 12,22). A mentira é, em suma, considerada uma nódoa vergonhosa na conduta humana.

É necessário analisar, todavia, que os princípios comportam exceções, inclusive os que aparentam dotados de maior inviolabilidade, como “não matar”, que admite a configuração da “legítima defesa”. O princípio da veracidade, por sua vez, comporta exceções sempre que dizer a verdade acarreta consequências mais danosas e indesejáveis do que dizer uma mentira. Por outro lado, o emprego de um meio eticamente reprovável condena toda e qualquer ação, por mais benéfica e louvável que possa ser a finalidade atingida ou meramente almejada.

Em suma, a sensatez e a prudência constituem o caráter, os limites e a medida da Ética da Mentira.

5 A cultura da mentira

Todo ser humano possui a incrível capacidade de se diferenciar dos demais, mas temos muita dificuldade para coloca-la em prática, visto que nossas ações e escolhas são baseadas em nossa cultura, que está baseada em nossos valores morais, crenças, religião, dentre outros. Alguns costumes sociais estão tão intrínsecos ao nosso cotidiano que, às vezes, se torna quase impossível identificá-los. Algumas posições e opiniões são pré-estabelecidas e incorporadas na rotina do indivíduo social, o que muitas vezes não nos permite reavaliar valores, crenças ou hábitos como, por exemplo, a questão da mentira.

Culturalmente, em nosso país, costuma-se ver a mentira como algo que possibilita a conquista de um desejo de forma mais rápida, sem a necessidade de empregar maiores esforços, sendo esta prática um dos motivos da consolidação do fenômeno denominado “jeitinho brasileiro”. Ao analisar os diferentes tipos de mentira já expostos, não é difícil perceber que no nosso país estamos mais do que acostumados a praticá-los, principalmente, as ditas “mentiras utilitárias”.

Aprendemos em nossa cultura, desde que nascemos, que mentir é feio, entretanto percebemos que as pessoas que nos dizem isso fazem constante uso da mentira com as seguintes justificativas: “uma mentirinha não faz mal à ninguém”, “a

verdade é bonita, mas é dura e não compensa”, “é mais importante parecer do que ser”. Desta feita, compreendemos que a mentira deve ser evitada, que devemos buscar e praticar a verdade, mas em determinadas situações possuímos o “álibi” de mentir, e acabamos mentindo, consagrando a ética da mentira. A mentira, desse modo, pode tornar-se um hábito e deste defluir um vício, pois sempre que o indivíduo tiver medo da verdade ou precisar escondê-la, fará uso da mentira. Em contrapartida, ninguém quer ser visto como mentiroso, mesmo que o seja.

Ninguém assume coisa alguma. Ninguém jamais confessa nada. Sempre há um bom pretexto, uma estória mirabolante a justificar qualquer coisa, por mais estranha e inverossímil que possa parecer. Inventam-se álibis, desculpas esfarrapadas e enredos dos mais diversos para escapar. E o pior de tudo é que, na maioria das vezes, cola (MARANHÃO²).

Essa prática, tão comum na nossa sociedade, pode ser notada com clareza quando analisamos as posturas dos nossos representantes políticos, que fazem falsas promessas aos cidadãos, desviam o dinheiro público e mesmo com tantas provas evidentes, negam que o tenham feito.

Esse costume de mentir, que foi consolidado ao longo dos anos, gera consequências gravosas. Como possuímos o hábito de mentir, acabamos não percebendo com facilidade determinadas mentiras e, por conseguinte, disseminamos esse costume por ser uma das maiores dificuldades do homem, se não a maior, perceber, atribuir um juízo de valor, sobre o que estamos acostumados a fazer ou pensar, se é correto ou errado.

Apenas a distância em relação a nossa sociedade nos permite fazer esta descoberta, aquilo que tomávamos por natural em nós mesmo é de fato, cultural, aquilo que era evidente é infinitamente problemático (...). De fato, presos a uma única cultura, somos não apenas cegos a dos outros, mas míopes quando se trata da nossa. A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos “evidente”. Aos poucos, notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de “natural” (LAPLANTINE, 2003, p. 12).

² www.avozdocidadao.com.br

Ou seja, a mentira é aceita de forma inconsciente, mas é de forma consciente que às vezes se percebe as consequências dessas mentiras, principalmente no campo político brasileiro, o que nos leva a questionar essa contradição. Urge mencionar que o problema da corrupção é universal, o que o diferencia, em cada país, é a intensidade e a reação dos povos diante do problema.

Enquanto nações que dispõem de controles institucionais rígidos, leis transparentes e, acima de tudo, têm a verdade como um valor supremo tendem a cobrar dos seus representantes atitudes enérgicas contra a bandalheira e não se deixam engabelar com facilidade, outras demonstram excessiva leniência diante da questão (MARANHÃO³).

O Brasil, infelizmente, se enquadra nesta última situação, pois mesmo sendo considerado um dos países mais corruptos do mundo, a maioria esmagadora da população aceita, sem maiores contestações, a mentira dos governantes, o que resulta na impunidade da corrupção e a continuidade da mesma.

6 A mentira na política

83

A política é vista, por muitos, como um campo exclusivo, regido por regras diferentes dos demais. Para a manutenção do poder e a garantia da segurança nacional é necessário, por muitas vezes, a utilização da mentira, como ensina Maquiavel, o pai da ciência política.

Desde Maquiavel que a coragem e a habilidade - a força do leão e a astúcia da raposa - têm sido consideradas as virtudes relevantes no domínio da ação política, ao passo que a veracidade nunca foi considerada uma virtude política, como observou Hannah Arendt (1973). No referido domínio, as mentiras têm se mostrado tradicionalmente justificáveis, tudo dependendo das circunstâncias (GUERREIRO⁴).

Portanto, a mentira na política é analisada dentro de um "código de ética" diferente, ou seja, a mentira é avaliada de outra maneira e acaba sendo totalmente aceita quando é compatível com o interesse público. Essa teoria se contrapõe ao dever dos governantes de falar sempre a verdade a seus governados, visto que estes os

³ www.avozdocidadao.com.br

⁴ www.cchla.ufrn.br

elegeram baseados na confiança, sentimento que é abalado ou extinguido na percepção de mentiras e, portanto, possuem o direito de exigir a verdade em quaisquer circunstâncias.

De acordo com Lafer, Norberto Bobbio (1984) entende que a democracia é uma forma de governo que procura integrar as duas supramencionadas acepções de “público” pressupondo que tudo aquilo que é de interesse público deve ser de conhecimento de todos. Decorre daí o tópico da *transparência do poder*. Segundo ainda Lafer, a Constituição de 1988, no Artigo 37, diz que a administração pública, em todos os níveis e modalidades, deve obedecer ao princípio da publicidade (transparência) (1995, p.87).

Ou seja, para a manutenção de um Estado Democrático, que exige a participação e fiscalização do povo, o direito à informação dos governados deve prevalecer diante do direito de mentir dos governantes. Cabe ressaltar que em determinadas hipóteses, a título de exceção, o inverso é que deve ser posto em prática como, por exemplo, nas chamadas “razões de Estado”, na qual é preciso omitir ou mentir para proteger a nação diante de inimigos externos ou internos. O grande problema encontrado em muitas sociedades, é que o segredo e a mentira passaram a ser a regra e a verdade a exceção.

Desse modo, sempre que um político faz uso da mentira, se justifica como sendo uma mentira trivial, que foi necessária para a segurança nacional ou para o benefício do povo. Depois das primeiras mentiras, as barreiras psicológicas ficam mais frágeis, e as próximas ficam mais fáceis de serem produzidas e vão se afigurando cada vez mais como necessárias e menos repreensíveis.

Isso acontece muito com as mentiras dos governantes. Daí em diante, as mentiras vão escalando num crescendo incontrolável no pressuposto de que todas elas são utilitárias e triviais, quando na realidade raras delas efetivamente o são. Confunde-se então o direito de omitir uma informação perigosa com o direito de mentir (PASTORE⁵).

Mas, não são todas as sociedades que aceitam de uma forma pacífica qualquer tipo ou quantidade de mentiras por parte dos governantes.

Observa-se que as sociedades mais avançadas preliminarmente debatem o assunto e depois estabelecem explicitamente, os limites e

⁵ www.josepastore.com.br

as condições para omissões, mas nunca para a mentira. Esse é o caso, por exemplo, do anúncio de uma desvalorização da moeda, que causa grandes prejuízos (ou ganhos descabidos). Até esse ponto, admite-se omitir (PASTORE⁶).

Nessas sociedades, os governantes ao invés de mentir, preferem evitar as situações que exigem o uso da mentira, por possuírem a consciência de que ela, mesmo que utilitária, pode prejudicar a sua imagem e confiança frente ao povo, além do próprio tecido social. Devido a essa preocupação, “tais nações definem os limites para os depoimentos falsos e tendem a condenar fortemente o uso da mentira e sempre preferir a alternativa honesta na área pública. As próprias leis e regulamentos são elaborados de modo a desestimular e sancionar o uso da mentira desnecessária (PASTORE⁷)”.

Porém, em outras realidades sociais, como a brasileira, o que se verifica é o oposto. Devido a muitos aspectos da nossa história terem sido construídos baseados em mentiras, a maioria da população não percebe, ou muitas vezes não sabe que existem formas de controle para diminuir as mentiras sem justificativas dos governantes, o que ocasiona a proliferação de mentiras sem fundamentos na área política.

Quanto à exigência de uma informação exata e honesta - supondo que esteja em jogo a que os governantes têm o dever de prestar aos governados - em países como o Brasil trata-se de uma exigência feita por uma minoria de 10% de brasileiros que ainda lê jornal e possui espírito crítico, pois uma avassaladora maioria de 90% é composta de semialfabetizados e analfabetos funcionais, que vivem no imediatismo dos terra-a-terra e que não fazem a menor exigência de coisas tais como educação e conhecimento, bem como estão propensas a votar em seus iguais. Desse modo, os eleitores elegem legítimos representantes seus e a democracia se transforma em grotesco carreirismo político associado a mais grossa corrupção (GUERREIRO⁸).

7 Considerações finais

Muitos filósofos acreditam que a mentira fere a ética do ser humano por não ser condizente com os valores que entendem como corretos. Entretanto, Nietzsche afirmou que a mentira e a verdade são apenas roupagens superestimadas que damos

⁶ www.josepastore.com.br

⁷ www.josepastore.com.br

⁸ www.cchla.ufrn.br

a nossos atos e que muitas mentiras são necessárias para a convivência pacífica entre os cidadãos, e essas que suavizam a convivência social são revestidas de um caráter ético.

A mentira no campo político, quando desnecessária para a proteção e segurança nacional deve ser evitada em virtude da observância dos princípios da transparência e da publicidade, norteadores da democracia, apesar de considerações contraditórias da existência de um “código de ética” exclusivo para a política.

A mentira se torna um problema quando é aceita sem maiores contestações, quando é exercitada pura e simplesmente devido ao costume de mentir. Sendo assim, as pessoas não a percebem no ato, mas sofrem os seus efeitos, muitas vezes nefastos, como o grave problema da corrupção brasileira, por exemplo. A mentira se é essencial para o convívio humano, não saber como usá-la ou fazer uso em excesso é que a torna prejudicial.

A medida para que a Mentira seja legítima, coerente e até justa, encontra-se na Ética. Por se ocupar de estudos comportamentais, a Ética é quem dita as regras e os limites para o uso social da Mentira, de modo a não prejudicar essas relações e torná-las, inclusive, mais coerentes com a harmonia entre os cidadãos. A mentira acompanha a Ética quando o fato de dizer a verdade torna-se mais prejudicial do que o emprego da inverdade ou quando para atender ao interesse social, o governante sacrifica uma verdade ou faz uso de omissão, que é a mentira imprópria.

Em suma, a sensatez e a prudência constituem o caráter, os limites e a medida da Ética da Mentira.

Referências

BARBOSA, Ablene (2010). **Ética da Mentira**. Disponível em: www.perlitteras.files.wordpress.com/.../etica-da-mentira-turma-20083.doc. Acesso em 02 set. 2012.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUERREIRO, Mario (2009). **A mentira de um ponto de vista ético e político em Celso Lafer**. Disponível em:

<http://www.cchla.ufrn.br/saberes/Edicao2/Artigos/Mario%20A.%20L.%20Guerreiro,%20p.%20113-133.pdf>. Acesso em 03 set. 2012.

LAFER, Celso. **A mentira: um capítulo das relações entre ética e política**. São Paulo: Siciliano, 1995.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

MARANHÃO, Jorge (2007). **A ética da mentira**. Disponível em: www.avozdocidadao.com.br/detailArtigo.asp?ID=155&SM. Acesso em 01 set. 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral**. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo: Editora Hedra, 2007.

PASTORE, José (1987). **A ética da mentira**. Disponível em: http://www.josepastore.com.br/artigos/ac/ac_057.htm. Acesso em 03 set. 2012.

TYLOR, Edward. **Primitive cultures**. Nova York: Harper Torchbooks, 1958.

VALLS, Álvaro L.M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

